

Aprovado por unanimidade
na reunião de CAEOLG de
2.5.2018, na sequência
de PEV (a cuidar a
CEIOP)

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias,
Dr. Bacelar de Vasconcelos

Requerimento

COMISSÃO DE ASSUNTOS
CONSTITUCIONAIS, DIREITOS,
LIBERDADES E GARANTIAS
CAEOLG
600.186
472.30.04.2018

Em maio de 2017 o primeiro-ministro ordenou a revisão do Plano Nacional de Segurança da Aviação Civil e deu um prazo de 90 dias para a sua conclusão. Um ano depois, o novo plano de segurança para os aeroportos continua por aprovar e de acordo com as últimas informações públicas sobre esta questão, provenientes do gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ainda não há data para a sua conclusão e entrega.

A decisão de rever o Plano Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC) foi tomada na sequência das várias quebras de segurança que ocorreram no aeroporto de Lisboa. Aliás, estas quebras de seguranças originaram inclusivamente a vinda da então Ministra da Administração Interna à Comissão de Assuntos, Constitucionais, Liberdades e Garantias, para explicações e esclarecimentos, e estiveram na base de Resoluções da Assembleia da República no sentido da urgência da aprovação pelo Governo de um Plano de Segurança das Infraestruturas Aeroportuárias, uma delas na sequência do Projeto de Resolução 852/XIII/2, do PSD, apresentado em 8 de maio de 2017. O novo Plano já terá sido concluído há diversos meses por uma comissão nomeada para o efeito, coordenada pela Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) mas, pelo que se sabe, sem previsão de aprovação e publicação, o que não deixa de ser preocupante e motivo de alerta, em face das recentes notícias

27.02.2018

que não abonam a favor da eficácia dos serviços de segurança prestados no Aeroporto de Lisboa.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a V. Exa. se digne solicitar a presença do Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), entidade coordenadora da Comissão responsável pela elaboração do referido Plano, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a fim de ser ouvido sobre a presente questão.

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2018

Carlos Peixoto